



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

Processo seletivo 04/2020 – Procurador Jurídico

### PADRÃO DE RESPOSTA DAS DISCURSIVAS

#### Questão 01

Imagine a seguinte situação hipotética: Foi ajuizada ação em face do Município de Monte Belo para que o mesmo forneça determinado medicamento que não está disponível pelo SUS. A tutela de urgência foi deferida, porém, não fixou prazo para o cumprimento da decisão. Pergunta-se:

- a) Qual(is) é(são) o(s) meio(s) processual(is) de defesa que podem ser utilizados pelo Município em relação à tutela de urgência (indicar os recursos)?
- b) Na omissão do juízo em fixar o prazo para cumprimento, de qual prazo dispõe o Município?
- c) Em processos dessa natureza, quais os tipos de provas são relevantes para a defesa do Município?
- d) Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça firmou importante entendimento acerca dos requisitos para concessão de medicamentos através de ordem judicial. Trata-se do Resp. 1657156. Cite pelo menos um dos requisitos.

Pergunta	Resposta esperada	Valor	Nota
a) Qual(is) é(são) o(s) meio(s) processual(is) de defesa que podem ser utilizados pelo Município em relação à tutela de urgência (indicar os recursos)?	Agravo de Instrumento e Suspensão de liminar	1,25	
b) Na omissão do juízo em fixar o prazo para cumprimento, de qual prazo dispõe o Município?	O prazo será de 5 dias, conforme art. 218, §3º do CPC (não é preciso indicar o dispositivo legal).	1,25	
c) Em processos dessa natureza, quais os tipos de provas são relevantes para a defesa do Município?	Documental, especialmente documentos técnicos, relatórios médicos e periciais.	1,25	
d) Em 2018, o Superior Tribunal de Justiça firmou importante entendimento acerca dos requisitos para concessão de medicamentos através de ordem judicial. Trata-se do Resp. 1657156. Cite pelo menos um dos requisitos.	1 - Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; 2 - Incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do medicamento prescrito; e 3 - Existência de registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	1,25	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

	Ao citar pelo menos um desses já recebe o total dos pontos.		
<b>Total</b>		5,00	

### Questão 02

Imagine a seguinte situação hipotética: João possuía um imóvel no Município de Monte Belo e desde 2014 o IPTU (imposto predial territorial urbano) não era pago. A ação de execução fiscal foi ajuizada contra ele em janeiro de 2017. Em março de 2020, Pedro procurou a Divisão de Tributação e informou que adquiriu o referido imóvel de João em maio de 2018. Pedro requereu o reconhecimento da prescrição dos valores dos anos de 2014 e 2015, além de requerer que os valores anteriores à aquisição do imóvel sejam cobrados de João. Pergunta-se:

- Pedro tem razão em requerer a prescrição dos débitos relativos aos exercícios de 2014 e 2015?
- O pedido de Pedro no sentido de que os valores de IPTU anteriores à aquisição do imóvel sejam cobrados de João deve ser procedente?
- A Fazenda Municipal poderá alterar a CDA (Certidão de Dívida Ativa) para substituir o polo passivo de João por Pedro?
- Cite duas formas pelas quais o débito tributário pode ser extinto.

Pergunta	Resposta esperada	Valor	Nota
a) Pedro tem razão em requerer a prescrição dos débitos relativos aos exercícios de 2014 e 2015?	R: Não, uma vez que a ação foi ajuizada em janeiro de 2017, interrompendo a prescrição.	1,25	
b) O pedido de Pedro no sentido de que os valores de IPTU anteriores à aquisição do imóvel sejam cobrados de João deve ser procedente?	R: Não. O candidato deve explicar, de forma objetiva, que o IPTU constitui ônus real e acompanha o imóvel em todas as suas mutações de domínio (art. 197 do CTM e 130 do CTN). Portanto, se na época da aquisição, Pedro não exigiu de João o comprovante de quitação dos débitos anteriores, Pedro deverá arcar com todos os débitos.	1,25	
c) A Fazenda Municipal poderá alterar a CDA (Certidão de Dívida Ativa) para substituir o polo passivo de João por Pedro?	R: Não. Súmula 392 do STJ: “A Fazenda Pública pode substituir a certidão de dívida ativa (CDA) até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo da execução”.	1,25	
d) Cite duas formas pelas quais o débito tributário pode ser extinto.	R: CTN, art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; II - a compensação; III - a transação; IV - remissão; V - a prescrição e a decadência; VI - a conversão de	1,25	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

	depósito em renda; VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; VIII - a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; X - a decisão judicial passada em julgado. Citando dois dos incisos acima, o candidato recebe a totalidade dos pontos desse item.		
<b>Total</b>		5,00	

### Questão 03

Considere a seguinte situação hipotética: O Município precisa adquirir material de expediente (ex: papel sulfite, envelopes, canetas, cliques, pastas etc.). O valor total da licitação será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Para tanto, realizará procedimento licitatório. Diante dessa necessidade, pergunta-se:

- Qual a modalidade de licitação mais adequada para esse tipo de compra? Por quê?
- Na modalidade de licitação indicada, qual é o prazo mínimo entre a publicação do edital e a apresentação das propostas?
- Quais os dois documentos do procedimento de licitação devem ser analisados pela Procuradoria Geral do Município, segundo a Lei 8.666/93?
- Por que é necessário que o Poder Público adote, como regra, o procedimento licitatório para compras?

Pergunta	Resposta esperada	Valor	Nota
a) Qual a modalidade de licitação adequada para esse tipo de compra? Por quê?	R: A modalidade adequada é o pregão, já que trata-se de bens comuns.	1,25	
b) Na modalidade de licitação adequada, qual é o prazo mínimo entre a publicação do edital e a apresentação das propostas?	R: O prazo é de no mínimo 08 (oito) dias úteis, conforme art. 4º, inciso V, da Lei 10.520/02.	1,25	
c) Quais os dois documentos do procedimento de licitação devem ser analisados pela Procuradoria Geral do Município, segundo a Lei 8.666/93?	R: edital e contrato, conforme art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.	1,25	
d) Por que é necessário que o Poder Público adote, como regra, o procedimento licitatório para compras?	R: O candidato deve demonstrar conhecimentos sobre os princípios administrativos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade	1,25	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ – 18.668.376/0001-34

	administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Além de mencionar que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Art. 3º da Lei 8.666/93.		
<b>Total</b>		5,00	